



i 19-09-2019	Periodicidade: Diária	Temática: Política
	Classe: Informação Geral	Dimensão: 3629 cm ²
	Âmbito: Nacional	Imagem: S/Cor
	Tiragem: 14000	Página (s): 1/2 a 5

Golas inflamáveis. Megaoperação leva à queda de secretário de Estado

DCIAP suspeita de uso fraudulento de fundos comunitários para compra de kits

Investigações podem fazer ainda mais estragos no Governo // PÁGS. 2-5

Periodicidade: Diária**Classe:** Informação Geral**Âmbito:** Nacional**Tiragem:** 14000**Temática:** Política**Dimensão:** 3629 cm²**Imagem:** S/Cor**Página (s):** 1/2 a 5

Golas. Os negócios suspeitos e a investigação que pode não ficar por aqui

Megaoperação desencadeada ontem e que levou à queda do secretário de Estado da Proteção Civil chegou a estar marcada para o próximo dia 24, mas foi adiada para não acontecer em plena campanha.

CARLOS DIOGO SANTOS
carlos.santos@ionline.pt
FELÍCIA CABRITA*
felicia.cabrita@ionline.pt

Cerca das 8h manhã de ontem 200 inspetores da Polícia Judiciária de vários pontos do país, seis procuradores e sete outros elementos da Procuradoria-Geral da República (PGR) começaram a encontrar-se em vários locais de norte a sul para, no âmbito da investigação ao negócio das golas inflamáveis, varrer a casa e o gabinete do secretário de Estado da Proteção Civil, a sede da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC) – assim como a casa do seu presidente –, a empresa Foxtrot Aventura e

vários Comandos Distritais de Operações de Socorro (CDOS). Mas as diligências já há muito que vinham a ser preparadas – só não aconteceram mais cedo para não perturbar o difícil combate aos incêndios das últimas semanas. Foram, por isso, inicialmente marcadas para dia 24 deste mês, no entanto, dado o período de campanha e o tempo ameno de ontem, as diligências acabaram por ser adiadas quase uma semana. No total, foram realizadas ontem oito buscas domiciliárias e quarenta e seis não domiciliárias – algumas, como a que foi feita no Ministério da Administração Interna, duraram até ao final da tarde.

Neste inquérito estão em cau-

Periodicidade: Diária
Classe: Informação Geral
Âmbito: Nacional
Tiragem: 14000

Temática: Política²
Dimensão: 3629 cm²
Imagem: S/Cor
Página (s): 1/2 a 5

JUSTIÇA



Golas foram compradas à empresa Foxtrot Aventura por 1,80 euros a unidade. O preço de mercado é 70 cêntimos

BEIRA ALTA TV

sa fraudes na obtenção de subsídio, de participação económica em negócio e de corrupção. E as autoridades já constituíram como arguido o antigo adjunto do secretário de Estado da Proteção Civil, Francisco Ferreira – que se demitiu em julho –, Artur Neves, secretário de Estado da Proteção Civil, que ontem apresentou a sua demissão (*ver pág. 4*), e as empresas Foxtrot Aventura e Brain. Mas as investigações em curso podem fazer mais estragos, nomeadamente na Proteção Civil, dado que a casa do presidente, Mourato Nunes – escolha de António Costa –, também foi alvo de buscas. É que foi Mourato Nunes, como presidente da ANEPC, quem assinou os contratos com a Foxtrot.

O NEGÓCIO POUCO CLARO DAS GOLAS ANTIFUMO POUCO ÚTEIS
São várias as suspeitas do Departamento Central de Investigação e Ação Penal, que está a investigar este negócio desde julho, entre elas a utilização fraudulenta de fundos comunitários para a compra destes kits, a escolha das empresas por relações familiares e políticas através de um procedimento irregular e o preço das golas (custaram ao Estado 1,80 euros, quando o seu preço de mercado é 70 cêntimos).

A notícia de que foram distribuídas 70 mil golas inflamáveis

no âmbito do programa Aldeias Seguras começou por ser considerada pelo Ministro da Administração Interna como “irresponsável e alarmista”, mas a forma como foram adjudicadas as empresas levaram logo o Ministério Público a abrir um inquérito, dados os indícios de crime.

Logo em julho, Francisco Ferreira pediu para sair, depois de se saber que fora ele quem sugerira as empresas que forneceram as golas, os kits de emergência e os panfletos de sensibilização, no âmbito do programa Aldeia Segura, Pessoas Seguras.

Se é certo que os procedimentos lançados foram os de consulta ao mercado, também não deixa de ser verdade que as autoridades suspeitam que as outras empresas consultadas nada tinham a ver com esta área de serviços e que apresentaram preços mais elevados, abrindo caminho a que a Foxtrot e a Brain One fossem as vencedoras – na prática foi uma forma de contornar as regras dos ajustes diretos, que só podem ser celebrados quando estão em causa valores até 20 mil euros.

Mas além dos valores e das supostas irregularidades, as ligações também fizeram soar os alarmes. É que a empresa que forneceu tais golas (compradas a preço superior ao de mercado) e os kits de emergência – a Foxtrot Aventura – é do marido de uma autar-

ca do PS; e a sociedade contratada para fazer os panfletos, a Brain One, tem um histórico de adjudicações com a Câmara Municipal de Arouca, autarquia que Artur Neves liderou durante mais de uma década.

Ontem, Isilda Gomes da Silva, a autarca socialista, confirmou ao *i* a realização de buscas na casa da família, uma moradia familiar, situada na Rua dos Pedrais, em Santa Cristina de Longos: “[As diligências] tiveram a ver com assuntos do meu marido”, disse, acrescentando que “decorreu tudo normalmente e foi prestada toda a colaboração”.

Autarca do PS confirmou ao *i* buscas à sua casa, dizendo que foi por assuntos do marido

Estado comprou a empresa suspeita golas a preço muito superior ao de mercado

OS MILHARES GASTOS PELO ESTADO COM OS KITS A Foxtrot Aventura, Unipessoal Lda. – de Ricardo Peixoto Fernandes, marido de Isilda Gomes da Silva, presidente da Junta de Freguesia de Longos, em Guimarães, e que também faz parte dos órgãos sociais da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários das Caldas das Taipas – arrecadou 102 200 euros (valor sem IVA) pelo fornecimento das 70 mil golas que, apesar de serem destinadas a pessoas que estão a braços com situações de incêndio, são de material potencialmente inflamável. E ganhou 165 mil euros (valor sem IVA) com a venda de kits de autoproteção.

Além da coincidência familiar, a empresa Foxtrot foi criada no final de 2017, 60 dias após o Governo ter decidido, em Conselho de Ministros, a criação do programa Aldeia Segura, Pessoas Seguras com vista à proteção de aglomerados populacionais e da floresta. Uma altura que coincide com a chegada de Francisco Ferreira, até aí pai de profissão, ao gabinete de Artur Neves. Mais: após ter ganho o concurso, a Foxtrot terá contratado a empresa de um irmão de Ricardo Peixoto Fernandes para a conceção das mesmas.

Já pela elaboração de panfletos, a Autoridade Nacional de Proteção Civil pagou, depois de uma consulta ao mercado, per-

to de 11 mil euros (valor sem IVA) à empresa Brain One, que já foi contratada por entidades públicas outras quatro vezes – duas vezes pelo município de Arouca (ambas em 2017) e outras duas pela Associação Geoparque Arouca (em 2018 e 2019).

PGR CONFIRMA SUSPEITAS SOBRE PODER POLÍTICO E EMPRESÁRIOS
“Em causa estão práticas levadas a cabo no contexto de uma operação cofinanciada pelo Fundo de Coesão da União Europeia destinada à realização de ‘Ações de Sensibilização e Implementação de Sistemas de Aviso às Populações para Prevenção do Risco de Incêndios Florestais’, enquadradas nos Programas ‘Aldeia Segura’, ‘Pessoas Seguras’ e ‘Rede Automática de Avisos à População’”, explicou ontem a PGR, adiantando que as buscas têm vindo a ser adiadas devido ao risco de incêndio: “Atendendo a que em alguns destes locais se desenvolvem atividades operacionais, com vista a minimizar efeitos de acidentes graves ou catástrofes, designadamente relacionados com incêndios, a concretização das diligências de aquisição de prova foi precedida de uma criteriosa análise da situação climática, sendo que as condições atmosféricas já haviam anteriormente ditado um adiamento das diligências, agora, em curso”. *Com Joaquim Gomes

A queda de Artur Neves. Foi uma questão de semanas

Depois das golias, vieram os negócios ilegais da empresa do filho. Nada tinha feito cair o secretário de Estado da Proteção Civil, que ontem não resistiu à constituição de arguido e às longas buscas ao seu gabinete.

CARLOS DIOGO SANTOS
carlos.santos@online.pt

O até ontem secretário de Estado da Proteção Civil, Artur Neves, está no centro de todas as suspeitas, mas há outros assuntos que nos últimos tempos mancharam a sua imagem, como os contratos que o filho celebrou com entidades públicas. Ontem, logo após ter apresentado a sua demissão, o Ministério da Administração Interna apressou-se a anunciar que a mesma tinha sido aceite: "Na sequência do pedido de exoneração, por motivos pessoais, do Secretário de Estado da Proteção Civil, o Ministro da Administração Interna aceitou o pedido e transmitiu essa decisão ao Primeiro-Ministro".

Poucas horas depois soube-se, através de nota publicada no site da Presidência da República, que Marcelo Rebelo de Sousa tinha já aceiteado a exoneração: "Nos termos do Artigo 133.º, alínea h) da Constituição, o Presidente da República aceitou hoje a proposta do Primeiro-Ministro de exoneração, a seu pedido, do Secretário de Estado da Proteção Civil, José Artur Tavares Neves". O secretário de Estado, que chegou em outubro de 2017, não chegou assim a completar sequer dois anos no Governo.

NEGÓCIOS DO FILHO: A OUTRA PONTA SOLTA DE ARTUR NEVES
Logo após ter rebentado a polémica das golias antifumo foi noticiado que o filho de Artur Neves

tinha participação numa empresa que assinara contratos com entidades públicas – uma situação que é proibida pela lei em vigor das incompatibilidades de titulares de cargos políticos.

Em julho, com as notícias das golias ainda a encher páginas e páginas de jornais e este novo caso, o secretário de Estado da Proteção Civil veio justificar-se (e tentar justificar a ilegalidade cometida), afastando desde logo a hipótese da sua demissão.

"Importa esclarecer que o meu filho, sendo engenheiro, exerce a sua profissão no setor privado e a empresa para a qual trabalha, e onde detém uma participação minoritária, celebrou três contratos para a realização de empreitadas com a Universida-

de do Porto (um concurso público e um ajuste direto) e com o Município de Vila Franca de Xira (um concurso público)", afirmou na altura Artur Neves, dizendo não ter conhecimento de muitos detalhes, não deter qualquer participação na empresa ou mesmo ter exercido influências.

"Acresce que as entidades públicas contratantes são totalmente independentes do Governo, designadamente na decisão de contratar, não tendo comigo, enquanto governante, qualquer relação de tutela ou superintendência", disse, concluindo lamentar notícias sobre familiares.

Mas a situação que lamentava ter sido noticiada é, na prática, uma violação de uma lei, independentemente de tudo o que disse ser ou não verdade.

Com base nas suspeitas públicas, e apesar de tê-lo sempre defendido, António Costa pediu um

parecer ao conselho consultivo da Procuradoria-Geral da República sobre a situação. O primeiro-ministro questionava mesmo a redação da lei em vigor (que foi já alterada, entrando em vigor no próximo ano a nova versão): "Não pode deixar de suscitar dúvidas como alguém possa ser responsabilizado, ética ou legalmente, por atos de entidades sobre as quais não detém qualquer poder de controlo e que entre si contratam nos termos das regras de contratação pública, sem que neles tenha tido a menor intervenção".

Também Augusto Santos Silva pôs em causa a lei para defender Artur Neves: "Seria um absurdo a interpretação literal da lei".

A empresa na qual o filho de Artur Neves tem uma participação de 20% é a Zercac. E, no âmbito dos três contratos celebrados, encaixou 2,1 milhões de euros. A lei determina que empresas detidas em mais de 10% por familiares diretos de governantes não podem celebrar contratos com o Estado, sendo o seu incumprimento punido com perda de mandato.

Foi uma questão de semanas até Artur Neves cair. Ontem, dia em que se ficou a saber que é um dos arguidos na investigação às golias, pediu a exoneração ainda as buscas ao seu gabinete não tinham terminado.

Filho de secretário de Estado detém 20% de sociedade que fez negócios com entidades públicas



Artur Neves não chegou a completar dois anos no Governo

Periodicidade: Diária
Classe: Informação Geral
Âmbito: Nacional
Tiragem: 14000

Temática: Política
Dimensão: 3629 cm²
Imagem: S/Cor
Página (s): 1/2 a 5



Costa lembra que separação de poderes é uma das grandes vantagens da democracia

Governo está tranquilo, Rio prefere o silêncio e Bloco quer explicações

António Costa disse ontem que quando “o sistema de justiça funciona, o Governo está tranquilo” e agradeceu a Artur Neves, que não será substituído. Já o Bloco quer explicações do MAI e parecer da PGR.

CARLOS DIOGO SANTOS
 carlos.santos@ionline.pt

O primeiro-ministro reagiu ontem às buscas levadas a cabo pela Polícia Judiciária e que varreram inclusivamente as instalações do Ministério da Administração Interna, dizendo que o Governo está tranquilo.

“Uma das grandes vantagens da nossa democracia é a essência da separação de poderes, a garantia de que ninguém está acima da lei e que sempre que há algum facto que gere uma investigação criminal, essa investigação criminal decorre com toda a independência por parte das autoridades”, disse António Costa à margem do debate entre os líderes de partidos com assento parlamentar, na *Renascença*. “Sempre que o sistema de justiça funciona, o Governo está tranquilo”, rematou António Costa.

Ontem, em comunicado, o primeiro-ministro fez ainda

saber que as funções de Artur Neves serão assumidas pelo ministro Eduardo Cabrita, dado o aproximar do fim da legislatura. E agradeceu ao ex-secretário de Estado “o contributo decisivo para a forma como decorreram e se implementaram as mudanças nas operações de Proteção Civil”.

PSD PREFERE REMETER-SE AO SILÊNCIO Já Rui Rio, que em julho foi muito crítico quanto aos negócios das golas, preferiu não fazer qualquer comentário. Recorde-se que, há dois meses, o líder do PSD mostrou a sua indignação de forma veemente ao partilhar no Twitter uma notícia sobre as ligações da Foxtrot a uma autarca do PS: “Isto é mesmo verdade? Uma empresa de turismo, criada há poucos meses pelo marido de uma autarca do PS, vende um produto inflamável para usar durante os incêndios a preços muito superiores aos de mercado?”

BE PEDE ESCLARECIMENTOS AO GOVERNO E À PGR “Mais do que a demissão [do secretário de Estado da Proteção Civil], interessantes explicações. Quando este caso surgiu, o MAI disse que promoveria uma investigação sobre a qual não há ainda nenhum relatório”, lembrou a coordenadora do BE na Cova da Moura, durante uma ação de campanha.

Falando na importância da transparência sempre que surgem casos como este, Catarina Martins atacou ainda o silêncio da PGR, a quem António Costa pediu um parecer sobre se Artur Neves havia ou não violado a lei das incompatibilidades (ver texto ao lado).

“O primeiro-ministro pediu sobre este caso e outros um parecer à PGR que deveria ter sido público no final de agosto. Ainda não o conhecemos. Não achamos razoável e não achamos normal que nem o MAI tenha conseguido explicar, nem a PGR tenha conseguido emitir o parecer”, concluiu.

“[A NOTÍCIA SOBRE AS GOLAS] É VERDADEIRAMENTE IRRESPONSÁVEL E ALARMISTA [E REVELA] DESCONHECIMENTO DE QUESTÕES TÉCNICAS”

MINISTRO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA, EDUARDO CABRITA (26 JULHO 2019)

“SERIA UM ABSURDO UMA INTERPRETAÇÃO LITERAL DA LEI DE 95 [QUE PROÍBE EMPRESAS DE FAMILIARES DE GOVERNANTES DE FAZEREM NEGÓCIOS COM O ESTADO]”

MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, SANTOS SILVA (31 JULHO 2019)

“LAMENTO A UTILIZAÇÃO DE QUESTÕES RELATIVAS À SITUAÇÃO PROFISSIONAL DE UM MEU FAMILIAR ÀS QUAIS SOU TOTALMENTE ALHEIO”

EX-SECRETÁRIO DE ESTADO DA PROTEÇÃO CIVIL, ARTUR NEVES (30 JULHO 2019)

“EM CAUSA ESTÃO PRÁTICAS LEVADAS A CABO NO CONTEXTO DE UMA OPERAÇÃO COFINANCIADA PELO FUNDO DE COESÃO DA UNIÃO EUROPEIA”

PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA (18 SETEMBRO 2019)

“NO INQUÉRITO INVESTIGAM-SE FACTOS SUSCETÍVEIS DE INTEGRAREM CRIMES DE FRAUDE NA OBTENÇÃO DE SUBSÍDIO, PARTICIPAÇÃO ECONÓMICA EM NEGÓCIO E CORRUPÇÃO”

PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA (18 SETEMBRO 2019)

“NA SEQUÊNCIA DO PEDIDO DE EXONERAÇÃO, POR MOTIVOS PESSOAIS, DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA PROTEÇÃO CIVIL, O MAI ACEITOU O PEDIDO E TRANSMITIU ESSA DECISÃO AO PRIMEIRO-MINISTRO”

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA (18 SETEMBRO 2019)